

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DA CEEE EQUATORIAL

Nº da Ata	12/2025		
Data	19/11/2025		
Horário de Início	09 horas	Horário de Término	12 horas
Local	Sede da CEEE Equatorial, em Porto Alegre		

RESUMO DAS DELIBERAÇÕES

1. Processo Eleitoral e Nova Gestão para 2026:

- Em cumprimento ao Edital 01/2025 e às normativas da ANEEL, foi realizada a eleição para a gestão do próximo ano.
- A chapa única, composta pelo Sr. Fábio Avancini Rodrigues (Presidente) e pelo Sr. Valdacyr da Rosa Duarte (Vice-Presidente), foi eleita por unanimidade.
- O atual Presidente, Sr. Valdir Farias de Mattos, encerra seu ciclo após dois mandatos consecutivos, conforme limite previsto no Regimento Interno.

2. Alterações na Composição do Colegiado:

- **FRACAB:** Aprovada a manutenção do Sr. Valdacyr da Rosa Duarte (Titular) e a entrada da Sra. Marcia Pisoni Pancotte como suplente, em substituição ao Sr. Arnóbio Mullet Pereira.
- **FIERGS:** O Conselho deliberou pelo não acolhimento do pedido de substituição do Sr. Thômaz Nunnenkamp neste momento. A decisão visa garantir a continuidade dos trabalhos, visto que o conselheiro exerce função eletiva de Vice-Presidência até dezembro de 2026.

3. Planejamento Estratégico e Orçamentário (PAM 2026):

- Foi apresentado o Plano de Atividades e Metas para 2026, com previsão orçamentária de R\$ 303.450,00, respeitando o limite de repasse definido pela ANEEL.
- O grupo iniciou o debate sobre a equalização do valor do quilômetro rodado para ressarcimento, sugerindo o patamar de R\$ 1,70/km

4. Relato Crítico e Interface com a Distribuidora:

- O Conselho manifestou preocupação com o descumprimento de resoluções da ANEEL em favor de normas internas da concessionária, o que tem gerado entraves técnicos e burocráticos.
- Foi deliberado o envio da ata diretamente à presidência da CEEE Equatorial (Sr. Riberto Barbanera) para que as críticas sobre a eficiência operacional e o atendimento na região de São Jerônimo sejam tratadas com prioridade.

5. Esclarecimentos sobre a Revisão Tarifária Anual:

- Com a participação da Gerência Corporativa do Grupo Equatorial, foram detalhados os componentes do reajuste médio de 19,53%.
- Identificou-se que os principais impactos financeiros derivam da sobrecontratação de energia e subsídios da Geração Distribuída (GD), restando à distribuidora (Parcela B) apenas uma fração mínima do efeito total.

ATA 12/2025

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, na sede da CEEE Equatorial em Porto Alegre e pelo Microsoft Teams, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Consumidores da CEEE Equatorial. O Presidente Valdir iniciou os trabalhos, saudando os presentes e fazendo a conferência do quórum, que se encontrou qualificado para dar andamento à reunião. Foi feita a leitura da Ata da Reunião Descentralizada de 09 de outubro, realizada em São Jerônimo, na íntegra. Colocada em discussão e deliberação, a Ata foi aprovada por unanimidade dos presentes. Dando prosseguimento, o Presidente do Conselho, Sr. Valdir Farias de Mattos, solicitou à Secretária-Executiva, Sra. Isabela Saldanha, que o teor da presente ata seja encaminhado diretamente ao Sr. Riberto Barbanera, Presidente da distribuidora, bem como aos Superintendentes Marcelo e Valinhos. O Sr. Valdir ressaltou que o documento reflete a percepção direta do cliente sobre os serviços prestados pela empresa e que, embora as demandas possam gerar desconforto, são fundamentais para que a presidência, as superintendências e as gerências possam atuar de forma assertiva. O Presidente enfatizou que o envio deve ocorrer formalmente em nome do Conselho, visando dar visibilidade ao posicionamento dos conselheiros e oferecer suporte às decisões da diretoria. Por fim, mencionou a importância de alinhar essas informações após as recentes reuniões institucionais, reforçando o compromisso do Conselho em atuar como interlocutor entre as demandas da comunidade e a gestão da concessionária. A Secretária-Executiva, Sra. Isabela Saldanha, relatou o cenário crítico verificado na região de São Jerônimo, Barão do Triunfo e Mariana Pimentel, destacando o recebimento direto de demandas urgentes de lideranças locais e consumidores. Ressaltou que, embora os indicadores globais apresentem melhorias, persistem situações estruturais graves e casos pontuais de demora excessiva no atendimento que demandam atenção imediata. Isabela informou que levou pessoalmente essas evidências ao conhecimento do Presidente Riberto, reforçando a necessidade de uma solução para os problemas de interface entre as regionais que atendem a localidade. Por fim, reiterou seu compromisso com o propósito do Conselho de dar voz aos clientes que ainda enfrentam precariedade no serviço, enfatizando que o foco deve ser o resultado prático na ponta, para além das justificativas técnicas apresentadas pelas equipes. Os Conselheiros debateram por alguns instantes sobre a prestação do serviço pela CEEE Equatorial naquela região, pedindo mais atenção, para garantir a melhoria do serviço. Dando sequência aos assuntos da pauta, foi iniciado o processo eleitoral da Presidência do Conselho, para a gestão de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2026. Foi feita a leitura do Edital 01/2025, fundamentado no Artigo 15, §2º da Resolução Normativa ANEEL 963/2021 e nos itens 6.3.1 e 6.3.2 do Regimento Interno do Conselho. Na ocasião, foi informado que o atual Presidente, Sr. Valdir Farias de Mattos, atingiu o tempo máximo de permanência permitido para

o cargo, não sendo possível sua recondução para um novo mandato. Ato contínuo, foi apresentada a inscrição de chapa única para a gestão 2026, composta pelo Sr. Fábio Avancini Rodrigues, como candidato à Presidência, e pelo Sr. Valdacyr da Rosa Duarte, como candidato à Vice-Presidência. Após a conferência dos requisitos de elegibilidade — incluindo a titularidade dos membros e a representação por entidade — a chapa foi declarada apta a concorrer. Em conformidade com o edital, que prevê a possibilidade de eleição imediata em caso de chapa única, os Conselheiros deliberaram pela realização do pleito nesta data. Submetida à votação, a chapa foi eleita por unanimidade dos presentes. O Sr. Valdir Farias de Mattos parabenizou os eleitos, desejando sucesso à nova gestão na condução dos trabalhos do Conselho. Em tom de despedida, expressou seu profundo agradecimento a todos os Conselheiros pelo apoio e confiança depositados durante seus dois mandatos como Presidente, ressaltando que o fortalecimento institucional do grupo foi fruto de um esforço coletivo em prol dos consumidores. No próximo item da pauta, o Presidente apresentou o Ofício nº 061/2025 da Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Moradores de Bairros (FRACAB). O documento formalizou a manutenção do Sr. Valdacyr da Rosa Duarte como representante titular e solicitou a substituição da suplência, com a entrada da Sra. Marcia Pisoni Pancotte no lugar do Sr. Arnóbio Mullet Pereira. O Conselheiro Valdacyr Duarte relatou que a Sra. Marcia possui perfil articulado e demonstra clareza na compreensão das pautas comunitárias. Ressaltou, ainda, que a indicada possui plena capacidade de acompanhar os temas do colegiado. A assessoria informou que já realizou todas as verificações necessárias, atestando a inexistência de pendências junto à distribuidora. A alteração foi colocada em discussão e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Ato contínuo, foi apreciada a correspondência da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), que solicitava a substituição do representante titular e atual Vice-Presidente do Conselho, Sr. Thômaz Nunnenkamp, pelo Sr. Ricardo Nino Machado Pigatto. O Conselho decidiu pelo não acolhimento da solicitação neste momento, fundamentando-se no fato de o conselheiro exercer função eletiva de Vice-Presidência, cuja substituição imediata impactaria a continuidade dos trabalhos. Além disso, destacou-se que o mandato vigente se encerra naturalmente em dezembro de 2026, momento em que a REN 963/2021 exigirá a substituição obrigatória por limite de recondução. Portanto, o colegiado deliberou pela manutenção da atual composição (Sr. Thômaz Nunnenkamp como titular e Sr. Airton Zoch Viñas como suplente) até o término do ciclo atual. O Conselheiro Valdacyr lembrou que os pedidos de substituição devem respeitar os mandatos de titulares e suplentes, salientando que, quando houver a substituição do titular, o suplente deverá assumir o cargo até o fim do mandato. A votação contou com a abstenção do conselheiro interessado. Foi feita uma breve apresentação sobre os mandatos de cada Conselheiro, para lembrar a todos que, caso não haja alteração na Resolução 963, na Audiência Pública de setembro o Conselho deverá receber a indicação de novos conselheiros, para substituir aqueles

que estiverem encerrando seus mandatos em dezembro de 2026. Dando sequência, O Presidente do Conselho, Sr. Valdir Farias de Mattos, apresentou um relato crítico acerca da condução técnica e normativa por parte da distribuidora. Em tom de desabafo, Valdir manifestou sua preocupação com o descumprimento sistemático das resoluções da ANEEL em detrimento de normas internas da concessionária que, segundo ele, têm dificultado o atendimento aos consumidores e a viabilização de projetos técnicos. Relatou que, em reunião com o setor de normas e padrões do Grupo Equatorial, evidenciou-se uma resistência em alinhar os procedimentos internos à regulação vigente, o que tem gerado cobranças indevidas e exigências técnicas sem amparo legal. Sobre a eficiência operacional, criticou o excesso de burocracia e a falta de autonomia das equipes locais, mencionando que a insistência em padrões que não se adaptam à realidade do Rio Grande do Sul prejudica o desenvolvimento regional e a imagem da empresa. Sobre a postura institucional, Valdir ponderou sobre sua permanência no cargo, afirmando sentir-se desconfortável ao constatar erros que poderiam ser evitados com uma gestão mais técnica e menos focada em "egos" corporativos. Ressaltou que o Conselho deve apoiar os gestores da empresa que buscam a conformidade técnica, mas que não hesitará em apontar falhas graves que oneram o consumidor. Sobre a articulação com o Poder Público, sugeriu que, caso a distribuidora não avance na flexibilização e melhoria dos processos de ligação e manutenção, haverá um movimento natural de prefeitos e lideranças regionais para embargar obras e exigir, via decretos municipais, mudanças estruturais como a rede subterrânea, visando proteger os interesses locais. Concluiu, ressaltando que o objetivo do Conselho é atuar como um elo construtivo entre os consumidores e a distribuidora. Reforçou a importância de manter um diálogo produtivo com o Sr. Riberto Barbanera e o corpo diretivo, visando o aperfeiçoamento dos processos internos e a entrega de um serviço de maior qualidade, garantindo que as sugestões do colegiado contribuam para o fortalecimento da relação entre a empresa e a comunidade. No próximo item da pauta, Isabela fez a apresentação do PAM 2026, lembrando que 2026 é ano de revisão tarifária e o saldo do orçamento de 2025 não é transferido para 2026. Para o próximo ciclo, a ANEEL comunicou ao Conselho que o limite de repasse financeiro para o órgão é no valor de R\$ 304.922,60. O planejamento (PAM) prevê o uso de R\$ 303.450,00, com todas as ações do conselho para o ano. Durante uma breve discussão, entrou em debate o valor do quilômetro rodado, onde houve a sugestão de igualar ao valor do Conselho da RGE, que é de R\$ 1,70 / km rodado. O tema deverá voltar ao debate nas próximas reuniões. Dando sequência, foi colocado em discussão o retorno à Bagé, considerando que a primeira reunião descentralizada aconteceu em outubro de 2024. Como não houve um acerto de datas para o mês de dezembro, junto ao Sindicato Rural de Bagé, ficou acordado que esse retorno deverá acontecer em fevereiro ou março de 2026, colocando em pauta na próxima reunião, que deverá acontecer em janeiro. Neste momento, foi feito o convite para a Sra. Dayanni Rossi Grassano, Gerente Corporativa do Grupo Equatorial, para esclarecer

algumas dúvidas dos Conselheiros em relação à revisão tarifária anual, uma vez que a reunião que aconteceu dias antes não foi suficiente para que os Conselheiros tomassem conhecimento pleno do assunto. O Conselheiro Valdacyr pede que, quando houver reuniões com esse nível de complexidade, sejam feitas no modo presencial, com tempo hábil para que os Conselheiros se preparem para participar. Dayanni, que veio de Brasília a Porto Alegre nos últimos dias, se apresentou, contando um pouco de sua história no setor. Em sua explanação, a Gerente abordou os seguintes pontos fundamentais: Composição da Tarifa e Inadimplência: ressaltou que a maior parcela do reajuste é composta por custos de geração e transmissão, sobre os quais a distribuidora não possui gestão. Enfatizou que reajustes elevados são prejudiciais à própria concessionária, pois aumentam o risco de inadimplência e geram desgaste na imagem da empresa perante os índices de satisfação da ANEEL; Impacto da Geração Distribuída (GD) e Abertura de Mercado: Explicou que o crescimento da GD e a migração de clientes para o mercado livre têm gerado um custo de sobrecontratação de energia que recai sobre o consumidor cativo. Defendeu que esses encargos sejam rateados de forma sustentável entre todos os agentes para reduzir a pressão tarifária. Expectativas Regulatórias (MP 1304): Manifestou otimismo quanto à aprovação de medidas que preveem que o mercado livre também arque com subsídios da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), o que traria alívio aos consumidores residenciais. Criticou a tentativa de transferir ao consumidor os custos de cortes de geração eólica e solar por excesso de oferta, classificando tal medida como injusta; Modernização do Setor: Defendeu a transição de um modelo focado apenas em expansão de rede para um modelo de flexibilização, com uso de medidores inteligentes e armazenamento de energia (baterias). Segundo a gerente, o custo dos subsídios pagos à GD nos últimos anos seria suficiente para modernizar todo o parque de medição do país; Análise Técnica do Reajuste: Utilizando dados técnicos, demonstrou que, dos 19,53% de efeito médio do reajuste, a parcela destinada à distribuidora (Parcela B) representou apenas uma pequena fração. Destacou que a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE GD) e os custos de energia foram os principais responsáveis pela variação. Bitributação: Apontou a existência de bitributação nos encargos setoriais, onde o consumidor paga impostos (PIS/COFINS e ICMS) sobre subsídios, sugerindo que a revisão dessa estrutura tributária seria uma via eficaz para a redução das tarifas. No decorrer da fala da Sra. Dayanni, os Conselheiros puderam esclarecer algumas dúvidas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, com agradecimentos do Presidente Valdir Mattos a todos os presentes.

Valdir Farias de Mattos

Presidente do Conselho de Consumidores da CEEE Equatorial – Classe Comercial

Thômaz Nuppenkamp

Vice-Presidente do Conselho de Consumidores da CEEE Equatorial – Classe Industrial

- 164 **Valdacyr Rosa Duarte**
165 *Representante Titular da Classe Residencial*
- 166 **Fábio Avancini Rodrigues**
167 *Representante Titular da Classe Rural*
- 168 **Joelci da Rosa Jacobs**
169 *Representante Titular do Poder Público*
- 170 **Airton Zoch Viñas**
171 *Representante Suplente da Classe Industrial*
- 172 **Ruy Augusto da Silveira Neto**
173 *Representante Suplente da Classe Rural*
- 174 **Ana Amélia Schreinert**
175 *Representante Suplente do Poder Público*
- 176 **Isabela Saldanha**
177 *Secretária-Executiva*